



**FACULDADE VALE DO PAJEÚ
UNIDADE SÃO JOSÉ DO EGITO**



**ADRIANO LEVI BARROS PIANCÓ
FAGNER FERREIRA DE SOUZA
ELAYNE MAIZA FEITOSA DE CRVALHO
KÁTIA CILENE CÂNDIDO SILVESTRE DA SILVA**

**CONSTRANGIMENTO DIGITAL DIANTE DAS URNAS ELETRÔNICAS NO
PLEITO ELEITORAL**

FVVP

**São José do Egito
2023**

KÁTIA CILENE CÂNDIDO SILVESTRE DA SILVA

**CONSTRANGIMENTO DIGITAL DIANTE DAS URNAS ELETRÔNICAS NO
PLEITO ELEITORAL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
à coordenação do Curso de Direito como
requisito para obtenção do grau de Bacharel
em Direito.

**Orientador(a): Gislândio Araújo dos
Santos**

FVMP

**São José do Egito
2023**

KÁTIA CILENE CÂNDIDO SILVESTRE DA SILVA

**CONSTRANGIMENTO DIGITAL DIANTE DAS URNAS ELETRÔNICAS NO
PLEITO ELEITORAL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido a coordenação do Curso de Direito como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Esp. Gislândio Araújo dos Santos
(Orientador)

Dra. Juliana da Cruz Souza
(Examinador)

Esp. Edcarlos Ribeiro de Moraes
(Examinador)

Faculdade Vale do Pajeú – FVP

CONSTRANGIMENTO DIGITAL DIANTE DAS URNAS ELETRÔNICAS NO PLEITO ELEITORAL

A.L.B. PIANCÓ¹,
E.M.F. CARVALHO²,
F.F. SOUZA³,
K.C.C.S. SILVA⁴,

Resumo

Este artigo científico investiga a importância da acessibilidade das urnas eletrônicas e sua influência no exercício democrático a todas as pessoas aptas ao processo eleitoral. Com o aumento da adoção de sistemas de votação eletrônica em todo o mundo, a acessibilidade das urnas eletrônicas tornou-se um tópico relevante na busca pela inclusão e igualdade de participação política. Pessoas com necessidades especiais, como deficiências visuais, auditivas, motoras ou cognitivas e idosos, frequentemente enfrentam desafios significativos ao votar em sistemas tradicionais. Neste estudo focamos no idoso frente ao constrangimento das urnas eletrônicas. A metodologia trabalhada, consiste na pesquisa de campo, sobre o constrangimento de pessoas com necessidades especiais, frente à urna eletrônica. A pesquisa contou com 207 participantes e demonstrou que o público já se familiariza com o processo eletrônico, mas sugere alternativas para torná-la mais acessível aos idosos e analfabetos digitais.

Abstract

This scientific article investigates the importance of the accessibility of electronic voting machines and their influence on democratic participation for all individuals eligible for the electoral process. With the increasing adoption of electronic voting systems worldwide, the accessibility of electronic voting machines has become a relevant topic in the pursuit of inclusion and equal political participation. Individuals with special needs, such as visual, auditory, motor, or cognitive impairments, as well as the elderly, often face significant challenges when voting in traditional systems. This study focuses on the elderly and the constraints they experience with electronic voting machines. The methodology employed involves field research on the constraints faced by individuals with special needs when using electronic voting machines. The study included 207 participants and demonstrated that the public is already becoming familiar with the electronic voting process but suggests alternatives to make it more accessible to the elderly and digital illiterates.

Palavras-chave: Eleições; Acessibilidade; Idoso; Analfabeto; Exclusão Digital.

Keywords: Elections; Accessibility; Elderly; Illiterate; Digital Exclusion.

¹ Link Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3981566349244514>

² Link do Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4325145253501608>

³ Link do Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7950121675436361>

⁴ Link do Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0757186734337344>

1. Introdução

O Brasil tem uma longa história de evolução do sistema eleitoral, que remonta à época da colonização no século XVI. Desde então, o sistema eleitoral brasileiro passou por várias mudanças e reformas, incluindo a adoção do voto secreto em 1932 e a redução da idade de votação para 16 anos em 1988. Essa evolução se dá a fim de dar mais segurança a quem vota e mais credibilidade para o processo eleitoral. A evolução do sistema eleitoral brasileiro pode ser vista como “universal”, enfatizando a importância do sistema eleitoral para defender os direitos dos cidadãos (Rodrigues, 2005).

A evolução do sistema eleitoral brasileiro tem sido objeto de estudo por muitos anos. A pesquisa histórica nesse campo apresenta importantes mudanças além do simples interesse em entender a legislação no período de processo eleitoral. O estudo passa pelo acompanhamento evolutivo do processo democrático de escolha dos representantes da cidade, do estado, do país. Ora, as mudanças na lei eleitoral brasileira sempre objetivaram a melhoria para todos os lados e para o processo em si, trazendo modernidade e segurança ao pleito eleitoral. Portanto, é justo acreditar que mudanças sucessivas no sistema eleitoral sejam evolucionistas e isso beneficia a democracia e o direito de decidir sobre os rumos da política brasileira.

O sistema eleitoral brasileiro evoluindo com mudanças e reformas ao longo dos anos. Segundo Fisch e Mesquita (2022), algumas das principais mudanças incluem o Voto Secreto, adotado em 1932 e permitiu que os eleitores votassem sigilosamente, sem identificação, evitando represálias e perseguições e assim pudessem votar sem ser identificado em quem votou.

No campo do direito feminino, as mulheres conquistaram o direito de voto no ano de 1934 (Fisch e Mesquita, 2022). Já em 1988, após a Constituição Federal, permitiu-se votar a partir dos 16 anos, mas de maneira facultativa. Na mesma ocasião, facultou-se também aos analfabetos esse direito. Muitos avanços aconteceram com a criação do Sistema Eletrônico de Votação, em 1996. Todavia, mesmo com todo o cuidado para conduzir o idoso ao pleito para votação, há um certo constrangimento no exercício do voto (Vervloet e Palassi, 2011), como relatos de filas quilométricas, impaciência na hora de votar por parte dos outros eleitores e mesários.

O constrangimento frente ao processo de votação não melhorou em 1996, quando o Brasil adotou o sistema eletrônico de votação com a criação das urnas eletrônicas, porque o meio digital também vai promover esse mal estar aos que não estão familiarizados ou são analfabetos digitais e funcionais. Essas mudanças foram feitas para melhorar o processo

eleitoral e garantir que todos os cidadãos tenham a oportunidade de participar do processo democrático, sem discriminação e com mais agilidade.

O sistema eleitoral brasileiro tem sido objeto de críticas por muitos anos. Algumas das principais críticas incluem: O voto desproporcional e não distrital e o excesso de partidos políticos também fazem com que a corrupção seja uma questão de sobrevivência política e eleitoral; Financiamento de campanha: O financiamento de campanha é outro problema no processo eleitoral (Inácio e Oliveira, 2022).

Visto que, a falta de regulamentação adequada permite que empresas e indivíduos ricos influenciem as eleições, de igual modo Sistema Eletrônico de Votação que, embora o sistema eletrônico de votação do Brasil seja considerado um dos mais avançados do mundo, ainda há preocupações com a segurança e a transparência em todo o pleito eleitoral (Inácio e Oliveira, 2022).

Neste artigo, levanta-se a questão do possível constrangimento das pessoas com necessidades especiais, analfabetos ou mesmo os idosos, frente aos desafios da digitalização das urnas eletrônicas. Como questão principal a ser respondida, define-se: Como incluir pessoas no processo de enfrentamento da urna eletrônica? Nesta construção, contextualiza-se o perfil da pessoa com necessidades especiais, votante, a partir do levantamento de fontes bibliográficas sobre o tema. Para dispor do conteúdo, dividiu-se o estudo em parte teórica e discussão dos resultados da pesquisa de campo. Logo em seguida, as considerações finais desta pesquisa.

2. Referencial teórico

2.1. A exclusão digital

O tema da exclusão digital tem se tornado objeto de debates acalorados nos últimos anos, particularmente em virtude da pandemia de coronavírus *SARS-CoV-2*, em que a população se viu obrigada a adaptar-se para realizar suas atividades de forma remota, utilizando-se de provedores de internet.

O acesso à internet permitiu que empresas mantivessem suas operações por meio do trabalho remoto, conhecido como *home office*. No entanto, de acordo com dados de 2021 da União Internacional de Telecomunicações (UIT), um órgão especializado das Nações Unidas (ONU), quase metade da população global, aproximadamente 2,9 bilhões de pessoas, não possui sequer acesso à internet.

A tecnologia tem avançado rapidamente nas mais diversas áreas, porém, em contrapartida, vem deixando um rastro de exclusão em alguns continentes que não possuem a

mesma estrutura física para abraçar as particularidades dos indivíduos. Países do continente europeu já contam com a internet mais eficiente do mundo na atualidade, enquanto, em algumas partes do globo, a banda larga de baixa velocidade ainda é existente, que é o caso do Afeganistão. Lemos define como questão principal para lidar com a exclusão digital o enfrentamento dos altos índices de pobreza e analfabetismo na sociedade. A tecnologia desenvolve-se a passos largos demandando aos governantes que politizem maneiras de diminuir o abismo criado entre os excluídos. (LEMOS apud ALONSO et al, 2010, p. 16)

As causas da exclusão digital podem ser diversas, desde a dificuldade do acesso até a falta de capacitação para usar ferramentas no mundo cibernético. Se olharmos para ambiente em que vivemos, é de fácil percepção pessoas que encontram em pleno século XXI dificuldades para anexar um e-mail, de manusear tablets, notebooks, celulares, calculadoras ou que dispõem dos melhores aparelhos eletrônicos do mundo capaz de tirar fotos do satélite natural do globo terrestre, mas não conseguem adicionar um número de telefone na agenda e desconhecem totalmente dos serviços providos em nuvem, resultando-se diretamente em uma exclusão social destes grupos que não acompanham o avanço da tecnologia.

2.2. Exclusão social e os efeitos com o avanço tecnológico

A discussão sobre a Exclusão Social geralmente está relacionada às controvérsias sociais que envolvem a pobreza e suas desigualdades. Com o rápido avanço das indústrias impulsionado pelo progresso social, muitas pessoas que não conseguiam acompanhar esse desenvolvimento ficaram-se abandonadas, tornando-se excluídas.

Embora a sociedade tenha avançado para garantir um mínimo de equidade em termos de garantias, fica evidente a divisão em grupos, e esses grupos muitas vezes têm a capacidade de influenciar uns aos outros. Por exemplo, em uma sociedade moderna, existem grupos de moradores em situação de rua, pessoas abaixo da linha da pobreza, desempregados, alcoólatras, famílias desestruturadas e a criminalidade que aflora em todos esses estados. Ao definir o conceito de exclusão social, Popay (2008, p. 36, tradução nossa)⁵ relata que:

A exclusão consiste de processos dinâmicos, multidimensionais produzidos por relações desiguais de poder que atuam ao longo de quatro dimensões principais – econômica, política, social e cultural –, e em diferentes níveis incluindo individual, domiciliar, grupal, comunitário, nacional e global. Resulta em um continuum de inclusão/exclusão caracterizado por acessos desiguais aos recursos, capacidades e direitos que produzem iniquidades em saúde.

⁵ Popay (2008, p. 36). Exclusion consists of dynamic, multi-dimensional processes driven by unequal power relationships. These operate along and interact across four dimensions - cultural, economic, political and social – and at different levels including individuals, groups, households, communities, countries and global regions. Exclusionary processes contribute to health inequalities by creating a continuum of inclusion/exclusion.

Grupos específicos detêm o controle sobre todas as rédeas sociais, chamado de grupos políticos. Atualmente, a população mundial está sujeita a projetos relacionadas aos gostos de determinadas lideranças políticas na sociedade, tonando-se alguns grupos de excluídos ou influenciados em enfeito manada pelas políticas adotadas por esses líderes.

Em outra perspectiva, existem no continente brasileiro cerca de 215 (duzentos e quinze) mil pessoas em situação de vulnerabilidade, e o Estado de São Paulo lidera esse número com 89.283(oitenta e nove mil duzentos e oitenta e três) indivíduos, segundo a pesquisa do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da UFMG (2023).

É notável que no Brasil a exclusão de certos grupos remonta às suas origens, tornando-se um problema social persistente. Nascimento (1993) aponta que os problemas relacionados a esse tema têm suas raízes no processo de colonização que ocorreu ao longo do tempo, à medida que a população brasileira estabeleceu sua soberania. Voltando no tempo, imaginamos a quantidade de direitos feridos no tempo da escravidão, mostrando uma divisão clara de caráter ético e moral pelo simples fato de pessoas possuírem a tonalidade de pele diferente.

Devido à vasta extensão territorial do Brasil e à sua grande diversidade étnica, racial e de cor, a Constituição cidadã enfrenta um desafio significativo para manter a harmonia e garantir a Dignidade Humana para todos os que residem no país. Na América do Sul, para que a máquina pública funcione, é necessário que existam um grande número de políticas públicas voltadas para grupos específicos. Por exemplo, o Bolsa Família é um programa social governamental brasileiro que beneficia aqueles que estão abaixo da linha da pobreza, atendendo cerca de 21,14 milhões de famílias.

2.3 O idoso frente aos desafios da urna eletrônica

Com base em uma reportagem da *BBC News Brasil* (2021), o constrangimento do idoso diante da urna eletrônica é um tema que tem sido debatido no Brasil. O envelhecimento da população é tendência mundial, inevitável e irreversível, que traz consigo numerosos desafios a serem superados, tanto ao nível individual como social. Nesse contexto, o acesso ao voto, como expressão cidadã, é um tema de relevância atual, uma vez que as tecnologias tem se disseminado todas as esferas da vida diária. O desenvolvimento e uso das urnas eletrônicas no processo eleitoral não são exceção a essa tendência. No entanto, muitos idosos encontram dificuldades na utilização dessas tecnologias emergentes (Kalache; Veras; Ramos, 1987).

A situação se aprofunda quando se paira um olhar crítico sobre a acessibilidade das urnas eletrônicas. Os idosos, com a falta de familiaridade com as tecnologias digitais pode ser um problema, tendo em vista que muitos idosos não tiveram a oportunidade de interagir com

elas em fases anteriores de suas vidas. Portanto, a tecnologia pode parecer estranha e intimidadora, resultando em uma exclusão digital.

Para Vervloet e Palassi (2011), na pesquisa por eles empreendida com os mesários, notaram que esse cuidado com as pessoas em processo de votação também é preocupante, tendo em vista que faltam habilidade interpessoais para o trato coletivo de pessoas que vão votar. Os dias de votação, geralmente são dias em que há certa agitação no entorno das seções de votação, criando animosidade em quem precisa enfrentar filas e as pessoas designadas para aquela função (Vervloet e Palassi, 2011).

Para superar esses obstáculos, diversas estratégias têm sido sugeridas, desde a realização de treinamentos específicos para mesários e outras pessoas que são sorteadas para trabalhar nas eleições, visando capacitar esses indivíduos a utilizar as urnas eletrônicas, manejo com o trato humano até a modificação do design desses dispositivos para fazê-los mais acessíveis e intuitivos.

Pode-se considerar ainda a implementação de estratégias de assistência no local de votação, garantindo que os idosos recebam o suporte necessário para votar (Vervloet e Palassi 2011). Desta forma, é possível afirmar que tornar o voto eletrônico mais acessível, contribui para a inclusão dos idosos na sociedade, respeitando seus direitos políticos e reafirmando sua cidadania. Essa assistência nos locais de votação são relevante para que se facilite o processo, inclusive para analfabetos funcionais.

2.4 Analfabetismo funcional

O analfabetismo funcional ainda é um dos problemas mais preocupantes no Brasil. Segundo o IBGE, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil é de 5,6%, equivalente a 9,6 milhões de pessoas analfabetas no país (IBGE, 2022). O analfabetismo funcional é caracterizado pela dificuldade de compreensão e interpretação de textos simples, o que pode prejudicar o desenvolvimento intelectual, pessoal e profissional do indivíduo.

A alfabetização e o analfabetismo funcional no Brasil são temas frequentemente estudados, com diversos artigos publicados em plataformas acadêmicas como Scielo. De acordo com um artigo do Nexa Políticas Públicas, as taxas de analfabetismo funcional são maiores na zona rural e entre os mais pobres (Hemerly e Pretto, 2023). A meta brasileira é reduzir o analfabetismo funcional a 9,8% até o ano de 2024 (IBGE, 2022).

O analfabetismo funcional pode ter um impacto significativo na vida das pessoas. A falta de habilidades básicas de leitura e escrita pode limitar as oportunidades educacionais e profissionais, bem como a participação cívica e política (Peres, 2011). O analfabetismo

funcional é um problema complexo que pode ter várias causas. Algumas das principais incluem a falta de acesso à educação de qualidade. A ausência de escolas adequadas, recursos educacionais e professores capacitados dificultam o acesso à educação de qualidade.

Também se inclui nesse analfabetismo funcional a má qualidade do Ensino Básico, tendo em vista que o sistema de alfabetização ineficiente, as palavras são levadas ao pé da letra e não pelo contexto, falta de incentivo à leitura e falta de incentivos governamentais para melhorar a educação são algumas das principais causas do analfabetismo funcional.

O preconceito também deriva da falta de conhecimento, pois muitas pessoas ainda acreditam que a educação não é importante ou que certos grupos não precisam dela, o que pode levar à exclusão social e ao analfabetismo funcional (Peres, 2011). Desta forma, reduzir esses problemas significa investir cada vez mais em educação de crianças, jovens e adultos promovendo acessibilidade ao ensino e ao conhecimento.

Relacionando-se os analfabetos funcionais com a era digital, evidencia-se uma demora na utilização de equipamentos, notebooks, tablets, celulares e outros aparelhos, tal falta de praticidade tecnológica, pode estar contida por não terem uma educação de qualidade e eficiente.

2.5. Analfabetismo digital

Nas últimas décadas, tem-se testemunhado um aumento significativo no mundo da tecnologia. Esse avanço está relacionado à crescente demanda social por agilidade e facilidade na realização das mais diversas tarefas. O desenvolvimento tem superado obstáculos à mesma velocidade com que a internet se expande. Vive-se em uma sociedade interconectada, na qual *softwares* são constantemente criados para analisar o comportamento humano.

O motor propulsor da esfera digital, a internet, é uma rede global de interação de computadores que surgiu na década de 1960 com o nome *Arpanet* (Rrigues, 2019), inicialmente desenvolvida com fins militares, quando, somente em 1994, liberou-se para o consumo comercial no Brasil. Segundo Justiniano (2017), a Internet alcançou uma enorme variedade de serviços, viabilizando uma revolução sem precedentes na comunicação social, e que tais avanços surgiram a partir da implantação do World Wide Web (WWW).

Atualmente, o ambiente virtual está profundamente enraizado no cotidiano das pessoas. A vida social é regida pelas normas de aplicativos de interação humana, nos quais um número cada vez maior de pessoas se tornam figuras públicas, compartilhando suas vidas a todo momento. Aqueles que não acompanham essa evolução são considerados 'ultrapassados' no contexto digital aos olhos da sociedade. Justiniano (2017, p. 26) relata:

Certamente, a tecnologia vem modificando, ao longo dos anos, algumas dimensões de nossas relações sociais, temporais, espaciais e pessoais. A Internet, como uma das mais recentes formas de tecnologia, está inserida em nossas vidas, e também nas relações que estabelecemos com a construção de conhecimentos, inclusive linguísticos. A Internet pode ser tomada como sendo um recurso favorável, parte inerente da vida cotidiana do ser humano. Muitas sociedades têm se estruturado de tal forma que praticamente não são mais capazes de existir sem a Internet, constituindo uma relação de dependência, e até mesmo colocando-se no lugar de reféns da tecnologia.

A internet trouxe muitos benefícios para o mundo, derrubando barreiras, aproximando familiares distantes e se incorporando plenamente na vida humana. Contudo, alguns questionamentos surgem quando a sociedade começa a se tornar refém e dependente do mundo digital, manifestando comportamentos abusivos e deixando de viver no mundo real para entregar-se ao mundo virtual. A Era Digital tem mais aspectos positivos do que negativos, desde que o equilíbrio seja peça fundamental no cotidiano. Grandes melhorias sociais foram criadas e também alguns empecilhos são observados, dentre eles, podemos falar do “analfabeto digital”, caracterizado como aquela pessoa que não possui domínio do universo digital.

A insegurança é um fator dominante entre os analfabetos digitais, a ponto de se sentirem oprimidos ao utilizar ferramentas facilitadoras, acabando por recorrer ao método convencional. Pessoas nascidas antes da década de 1990 têm mais dificuldades em aprender a utilizar a tecnologia digital do que aqueles nascidos no século XXI. Observa-se que a maioria dos idosos opta por realizar cálculos à mão em vez de utilizar a calculadora digital disponível em seus aparelhos celulares, ou preferem escrever mensagens em papel em vez de utilizar aplicativos de edição de texto. Santana et al. (2023, p.02), trata o analfabeto digital da seguinte forma:

O analfabetismo digital acontece quando um cidadão não consegue entender as ferramentas existentes no universo da computação. Dessa maneira, a pessoa não sabe utilizar um editor de textos e muito menos a navegar na internet. No entanto, a situação vai além e faz referência também à falta de acesso à internet, o que engloba ainda insegurança na navegabilidade. Trata-se de um aspecto que necessita de muitos avanços no Brasil, pois o acesso à rede ainda é deficitário e faz com que muita gente seja excluída dos avanços tecnológicos.

O analfabetismo digital ou tecnológico é acarretado devido a resistência encontrada para aprender o “novo”, a lidar com todas as ferramentas desenvolvidas na computação, logo, refere-se que quase diariamente é criado ferramentas que contribuem ou afetam o comportamento, desenvolvendo resistência na forma de interação humana com a tecnologia. Oliveira et. al. (2007), explica:

Essa situação, essa mesma impossibilidade prática (gerada pela incompetência ou pela incapacidade), é representada pela modalidade complexa Não Querer-Ser, Não Poder-Ser, Não Querer-Fazer, Não Poder-Fazer. Essa circunstância, quase sempre, faz com que aquele que está nessa situação, saiba, tenha alguma consciência de sua incompetência, mas isso nem sempre o abala. Como se dissesse a si mesmo não precisar daquele domínio, tal muitas vezes se tem visto.

Ao atribuir qualquer valoração negativa nas ferramentas desenvolvidas de facilidade tecnológica ou colocar todas as dificuldades na culpa do medo de interação com elas, acaba sendo um pouco egoísta, pois existem usuários que dominam a teoria e não têm vivência prática. Na execução encontram dificuldades por não terem apoio humano que possam ensiná-los essa vivência. O aplicativo de conversação instantânea *WhatsApp* é um grande exemplo, muitos usuários em um primeiro momento tendem à resistência para utilizar a ferramenta, mas logo estão dominando os instrumentos possíveis e enviando áudios, realizando chamadas de vídeos e atingindo limites inimagináveis.

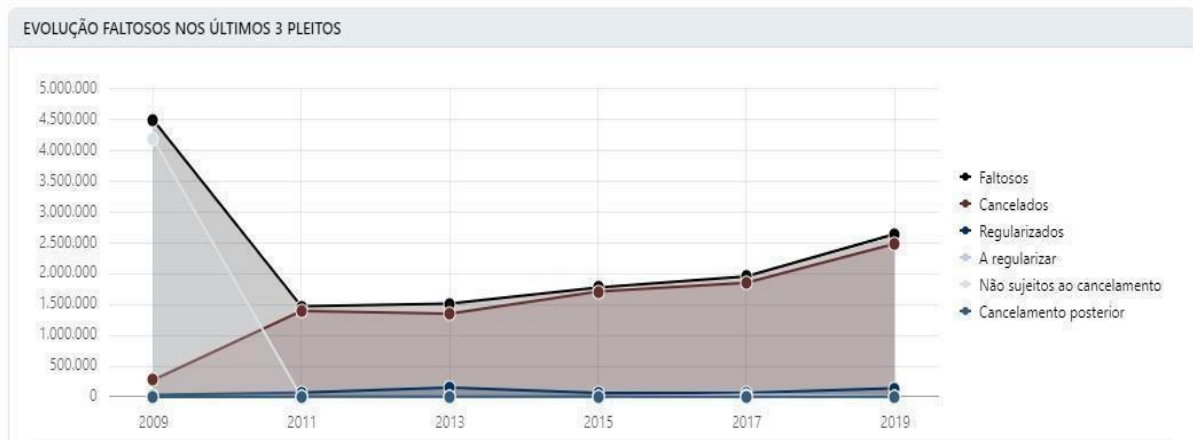
2.7 A urna eletrônica e seus efeitos no processo eleitoral.

Em 1996, o processo eleitoral brasileiro passou por uma grande inovação na qual implantou-se a urna eletrônica para a captação de votos do eleitorado do país. Tal avanço ocorreu após pesquisas realizadas pela Justiça Eleitoral, buscando-se verificar a celeridade e praticidade em todos os campos do processo eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral – TSE (2023) aponta que a versão da urna de 1996 utilizou-se em todas as capitais federativas, com exceção do Distrito Federal, também em 31 municípios com mais de 200.000 eleitores.

A urna eletrônica foi gradativamente desenvolvida e ampliada por todo o território nacional. Em 2008, foram acopladas ao pleito eleitoral urnas biométricas que proporcionaram maior agilidade na identificação do eleitor e maior segurança no pleito, pois com as características biológicas individual evita-se qualquer fraude de pessoas votando no lugar de outra durante o voto. Em 2010, a biometria chegou para 57 novos municípios que tiveram impactos significativos (TSE, 2023).

Atualmente, O Tribunal Superior Eleitoral – TSE (2023) estima que o cadastramento biométrico atingirá 100% do eleitorado em 2026. Existem, hoje, 118 (cento e dezoito) milhões de brasileiros aptos a votar, um total de 75,52% do eleitorado. Um outro número que chama atenção é o de abstenção. Os dados obtidos no TSE apontam que 2.645.785 (dois milhões seiscentos e quarenta e cinco mil setecentos e oitenta e cinco) pessoas deixaram de exercer sua cidadania no pleito de 2018. Ao buscar o histórico das últimas 3 eleições anteriores a esta eleição de 2018, compreende-se que esse número vem de uma crescente desde 2011 (TSE, 2023).

Figura 1: Evolução dos Faltosos.



(Fonte: TSE, 2023)

Em análise ao gráfico presente na Figura 1, verifica-se que, com a ampliação da urna eletrônica biométrica nas eleições de 2010, conseguiu-se diminuir significativamente o número de abstenções. Por outro ângulo, essa queda se deu de forma momentânea, e em uma crescente quase linear, o número de abstenções vem subindo gradativamente a cada eleição. Por região, a que contém maior número de abstenções é a Sudeste, seguida por Nordeste, Sul, Norte, Centro-Oeste e o Exterior. O Sudeste possui 1.319.454 (um milhão, trezentos e dezenove mil e quatrocentos e cinquenta e quatro) eleitores com abstenção em 2019. (TSE, 2023)

Uma das formas para explicar esse aumento gradativo é o número de 2.486.493 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil e quatrocentos e noventa e três) títulos cancelados em 2019. O Código Eleitoral (1965) vigente, aponta como causas de cancelamento em seu Art. 71, incisos de I ao IV, respectivamente, a infração dos artigos 5º e 42; a suspensão ou perda dos direitos políticos; a pluralidade de inscrição; o falecimento do eleitor e deixar de votar em 3 (três) eleições seguidas.

Tabela 1: Números de eleitores por região.

| Região | Eleitores | Faltosos | % Faltoso |
|--------------------|--------------------|------------------|-----------|
| CENTRO-OESTE | 10.747.115 | 224.843 | 2,09% |
| NORDESTE | 39.222.149 | 437.922 | 1,12% |
| NORTE | 11.535.807 | 277.323 | 2,40% |
| SUDESTE | 63.904.445 | 1.319.454 | 2,06% |
| SUL | 21.396.031 | 309.294 | 1,45% |
| EXTERIOR | 500.727 | 76.949 | 15,37% |
| Total Geral | 147.306.275 | 2.645.785 | |

(Fonte: TSE, 2023).

Filtrando os dados presentes na Tabela 1, para o eleitorado declarado com algum tipo de deficiência que deixou de comparecer no pleito, mostra um total de 13.705 pessoas que não exerceram sua cidadania. O deficiente visual que soma 1.882 pessoas, daria para eleger no pleito eleitoral municipal de 2020 o vereador mais bem votado, João de Maria (PSB) com 1.292 (mil duzentos e noventa e dois) votos e o menos votado, David (MDB) com 512 votos, da cidade de São José do Egito- PE, que possui um total de 23.230 eleitores aptos.

Tabela 2: Número de eleitores com deficiência.

FALTOSOS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA

| Tipo de deficiência | Quantidade |
|--------------------------------------|---------------|
| DEFICIÊNCIA AUDITIVA | 535 |
| DEFICIÊNCIA DE LOCOMOÇÃO | 5.863 |
| DEFICIÊNCIA VISUAL | 1.882 |
| DIFICULDADE PARA O EXERCÍCIO DO VOTO | 2 |
| OUTROS | 5.423 |
| Total Geral | 13.705 |

(Fonte: TSE ,2023).

A urna eletrônica sem dúvidas trouxe um avanço para celeridade do processo, agilidade para obtenção de resultado e segurança jurídica para o voto. Contudo, ao analisarmos de forma minuciosa os dados, podemos perceber que muito há de ser feito para que o processo tenha equidade, podendo-se incluir um número maior de pessoas que até então passam despercebidas. Utilizando-se de mecanismos tecnológicos existentes, a exemplo da tela sensível ao toque -

touch screen - efetivamente contemplar-se-á o público com dificuldades no tocante a sequências numéricas.

Inobstante, o redesenho do layout de texto da urna eletrônica incluindo fontes maiores e diversificação de cores, a implementação do comando por voz e maior distribuição de aparelhos auditivos são alternativas apresentadas no intuito de assegurar acessibilidade e inclusão. Ponderando-se a existência dos direitos ao sigilo do voto e à acessibilidade, para implantação das medidas inclusivas far-se-á necessário a disponibilidade de um ambiente propício e acolhedor para o cidadão, de maneira que se assegure a cidadania constitucional aos obrigados por lei e, principalmente, proporcione harmonia e equidade para os que são facultados a votar.

3- Metodologia

No Neste estudo, optou-se por um estudo de caso, contemplando a questão do constrangimento das pessoas com necessidades especiais frente ao uso das urnas eletrônicas. É preciso lembrar que o a pesquisa de campo é um método utilizado em diversas possibilidades, quando se pretende pesquisar ou aprofundar-se em um determinado assunto baseado na observação e análise do fato ocorrido. Para Yin, (2001), é uma “estratégia de pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos e, por isso, utiliza múltiplas fontes de evidência”. Pesquisar um fato é levantar dados como ele acontece.

Dessa maneira, a pesquisa de campo leva em consideração o contexto histórico, cultural e social do caso em análise. Isso é crucial para entender como diferentes variáveis interagem e influenciam o fenômeno em estudo, proporcionando uma visão mais humanizada e contextualizada da pesquisa científica. Para operacionalizar a pesquisa, foi realizado levantamento de dados bibliográficos como subsídio para teorizar o objeto de estudo, optando-se por sites específicos do TSE, IBGE e artigos mais atuais sobre o assunto. Escolhido o objeto de estudo, a pesquisa não seguiu uma busca sistemática para substanciar o assunto. Ora, não se esgotou as fontes de informações, mas seguiu-se um roteiro evolutivo do objeto através de artigos científicos e outros artigos importantes para a composição do objeto.

A pesquisa foi baseada nos registros encontrados principalmente no meio digital, que é onde se encontra os artigos mais atuais. Já sobre o estudo qualitativo, reproduzimos a descrição de Minayo (2001) que o define o estudo qualitativo como um método que não está atrelado à preocupação com a questão quantitativa ligada aos valores, crenças que estão imbuídas na descoberta do que permeia o objeto de estudo.

Nesta perspectiva, não foi definido datas de publicação de artigos. No entanto, o foco foi a perspectiva das pessoas com necessidades especiais frente ao uso das urnas eletrônicas.

Na presente pesquisa, foi desenvolvido um método de coleta de dados que investigou o processo eleitoral e o comportamento dos participantes. Para tanto, foi elaborado um formulário de pesquisa estruturado, abordando questões pertinentes ao escopo do estudo. Este instrumento de coleta de dados foi implementado por meio de uma pesquisa de campo realizada por meio do Google Forms, acessível através do link: (<https://forms.gle/c7JZ9R6XGQuSGQLH7>). Os resultados obtidos foram minuciosamente analisados e relatados no Capítulo 4, intitulado: “Resultados e Discussão”.

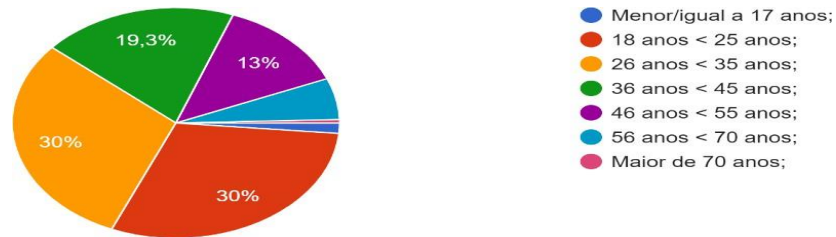
O referido formulário foi disponibilizado online por um período de oito dias, durante os quais os participantes puderam acessar e responder todas as questões propostas. A divulgação foi realizada por meio das redes sociais dos autores, resultando em uma participação significativa de 207 de indivíduos que desenvolveram com suas respostas. A coleta de dados foi encerrada após um período determinado, dando início à fase de análise de dados.

4 – Resultados e Discussão

Mesmo com uma literatura escassa, entendem-se necessário implementar programas de conscientização e manejo de novas tecnologias para toda a sociedade que se encontra na faixa dos analfabetos digitais.

Na pesquisa hospedada no Google, foram obtidos os seguintes resultados: no universo de 207 pessoas entrevistadas, 1,4% informaram ter idade menor ou igual a 17 anos; 30%, entre 18 e 25 anos. Já aqueles na faixa etária de 26 a 36 anos, o percentual foi de 30,0%. Os entrevistados de 36 a 45 anos, refletem 19,3% dos participantes. Dos que responderam à pesquisa de 46 a 55 anos, o resultado foi de 13%. Também foi registrado que 5,8% tinham entre 56 e 70 anos. Já os maiores de 70 anos, representaram apenas 0,5%, (uma pessoa). Percebe-se que quando não há direcionamento da pesquisa em face do meio, o qual, a Internet, qualquer pessoa se torna apta a participar, dessa forma, não necessariamente se restringindo o público-alvo aos idosos. O que denota também que há pouco acesso de idosos aos canais de internet, também não houve muitas respostas nessa faixa de idade na pesquisa digital.

Figura 2: Gráfico de idade.



Fonte: (Própria)

Observa-se, na primeira questão, a faixa etária de usuários das redes por pessoas que acessaram a pesquisa via internet e deixaram suas impressões nas perguntas, especificamente neste item, enviando em seguida para ser computada. Uma pesquisa do Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI.br) (Aguiar, 2023) apontou que 95% das crianças e adolescentes acessam as redes no ano de 2023. Em 2022, novecentos e quarenta mil pessoas não acessaram a internet.

Sobre o grau de instrução dos entrevistados, concluiu-se que 34,8% detém nível de Ensino Superior, demonstrando que a pesquisa digital é mais acessível a quem tem maior escolaridade. Registrou-se que 25,1% tinham nível Superior Incompleto e 27,1% o Ensino Médio Completo. Quanto aos entrevistados com o Ensino Médio Incompleto, o resultado corresponde a 4,3% dos participantes. Já o ensino Fundamental Completo representa 4,3% das respostas. Do ensino fundamental incompleto, também 4,3%. O nível de instrução foi satisfatório, mesmo que os percentuais não expliquem o constrangimento real do processo eleitoral.

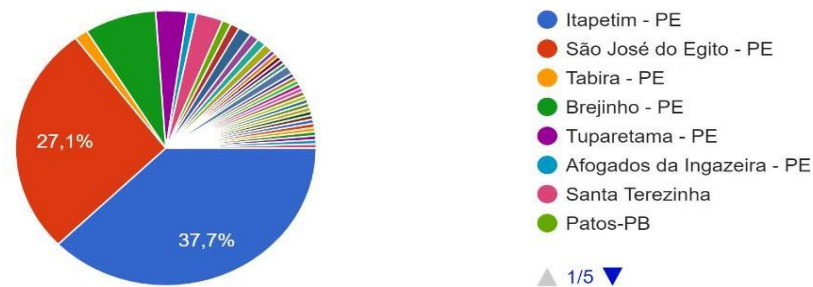
Figura 3: Gráfico de escolaridade.



Fonte: (Própria)

Quanto às localidades dos participantes da pesquisa, a maioria reside em Itapetim – PE (37,7%). Já 27,1% dos que responderam, residem em São José do Egito – PE. Os outros participantes foram de cidades circunvizinhas.

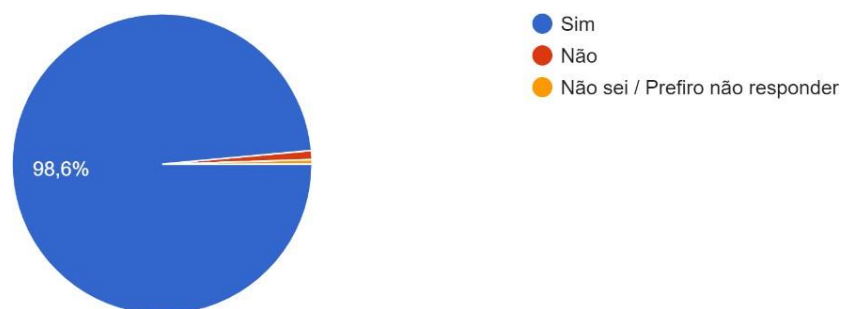
Figura 4: Gráfico de localidade.



Fonte: (Própria)

Na pergunta: Senhor(a) já exerceu sua cidadania através do voto? (Você já votou em alguma eleição?) De todos os 207 participantes, 98,6% foram de pessoas que já exerceram o exercício do voto. Desses, o mesmo percentual votou nas últimas eleições. O que vai se confirmar na próxima questão, que 92,8% dos que responderam, afirmaram não ter tido nenhuma dificuldade para usar as urnas eletrônicas.

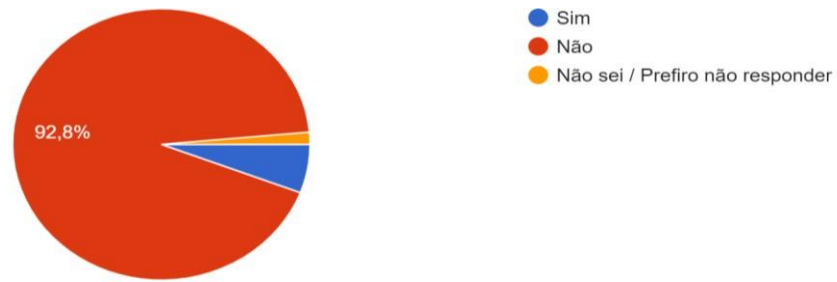
Figura 5: Gráfico sobre o voto.



Fonte: (Própria)

Quando se pergunta sobre a dificuldade ao votar, os entrevistados respondem da seguinte maneira: 98,2% dos entrevistados responderam que não. 5,8% disseram que sim.

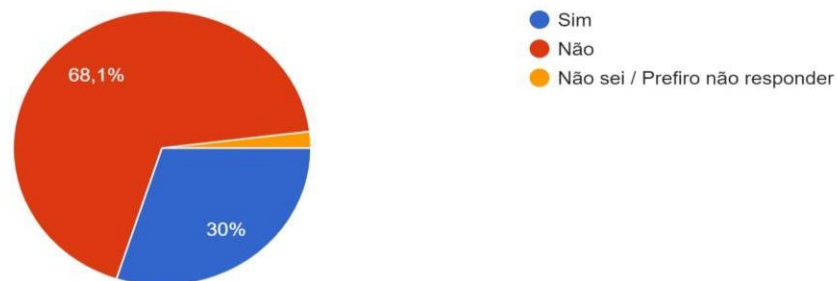
Figura 6: Gráfico sobre a dificuldade de votar.



Fonte: (Própria)

Na pergunta, “O avanço da tecnologia lhe assusta?”, dos participantes da pesquisa, 68,1% afirmaram que o avanço da tecnologia não os assusta. No entanto, 30% afirmaram se assustar com o avanço da tecnologia, o que tem sido natural quando as inovações acontecem. A maioria dos que responderam, já está mais familiarizada com as inovações tecnológicas e a resposta vai ser coerente com as respostas anteriores a essa pergunta.

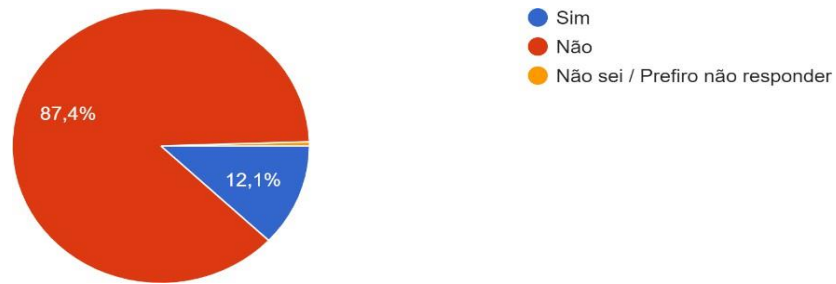
Figura 7: Gráfico sobre o avanço tecnológico.



Fonte: (Própria)

Quanto ao constrangimento ou dificuldade, tivemos como resultados 87,4% que afirmou não sentir nenhum constrangimento e 12,1% afirmou não sentir nenhum constrangimento ao utilizar as novas ferramentas tecnológicas de comunicação. Segundo dados do IBGE (2021), 90% dos domicílios já possuíam internet em 2021. Ora, no mesmo ano e pela primeira vez, tivemos um bom número de idosos acessando a internet. IBGE (2021).

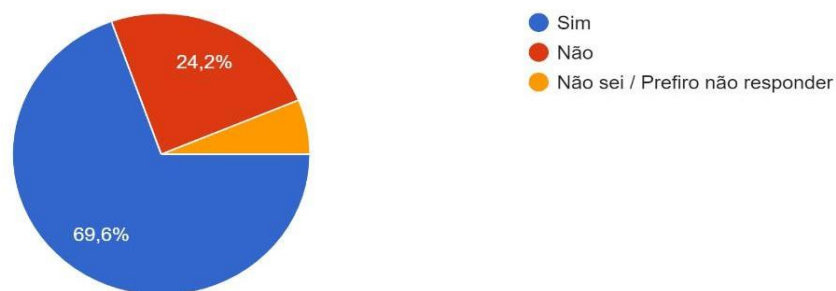
Figura 8: Gráfico sobre as dificuldades.



Fonte: (Própria)

No quesito sobre se o participante achava a Urna Eletrônica Inclusiva, tivemos os seguintes percentuais: 69,6% dos que responderam, que sim, que consideram a Urna Inclusiva. Dos participantes, 24,2% dos que responderam que não consideravam não inclusiva.

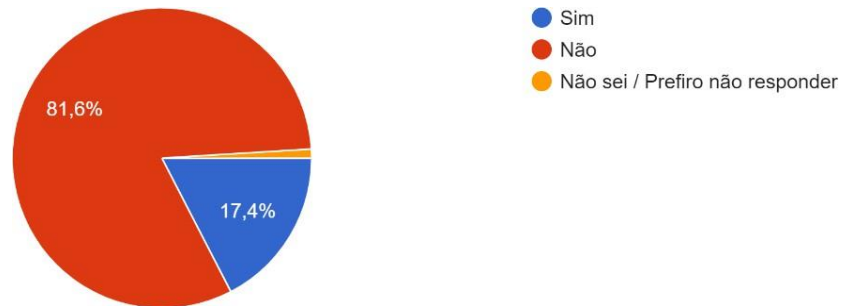
Figura 9: Gráfico sobre a urna inclusiva.



Fonte: (Própria)

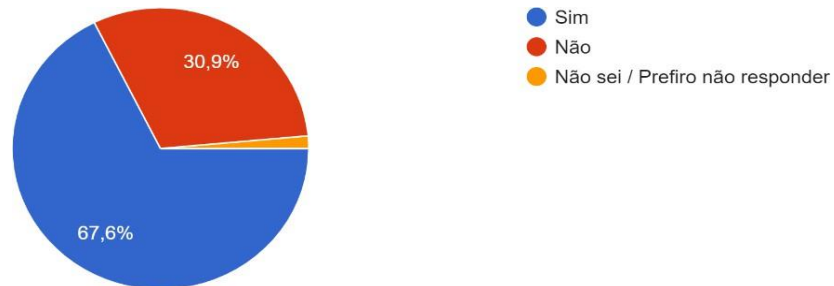
Em relação ao nervosismo ou constrangimento na hora da votação, 81,6% responderam que não; e 17,4% afirmou que já sentiu algum constrangimento e nervosismo na hora de exercer sua cidadania. Na pergunta seguinte que complementa essa última, foi perguntado se os participantes conhecem alguém que já se sentiu constrangido na hora do voto e eles responderam que: Sim, 67,6% e 30,9% que não.

Figura 10: Gráfico sobre o nervosismo ou constrangimento.



Fonte: (Própria)

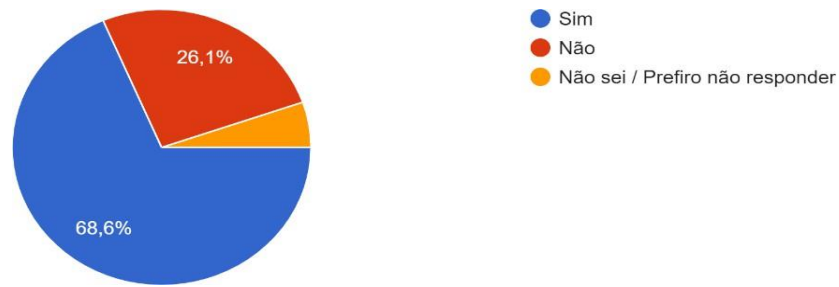
Figura 11: Gráfico sobre o nervosismo ou constrangimento de terceiros.



Fonte: (Própria)

Quando perguntado se o participante gostaria de algum mecanismo que facilitasse o registro do voto, como por exemplo, tocar na tela, uso de tela sensível ao toque e 68,6% respondeu que sim. Dos 207 participantes, 26,1% responderam que não. O que ratifica bem as respostas anteriores de que as pessoas já estão familiarizadas com a tecnologia das urnas eletrônicas e buscando inovação no processo para facilitar o tempo de espera nas filas e facilidades para uso otimizado das urnas eletrônicas.

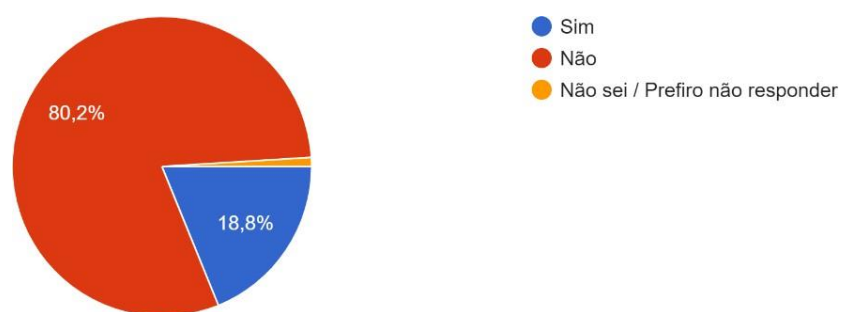
Figura 12: Gráfico sobre mecanismo que facilite o voto.



Fonte: (Própria)

De acordo com os resultados da figura 13 é possível verificar que, aqueles que tiveram alguma dificuldade ao encerrar a votação ou esqueceram (deu um branco) na escolha do seu candidato, tivemos os seguintes percentuais: “Não”, 80,2%. “Sim”, 18,8%. Embora se trate de uma amostra, o resultado dos entrevistados que tiveram esse tipo de dificuldade se torna considerável dentro do universo de eleitores aptos a votar no Brasil, Estados e Municípios, sendo possível a percepção de que, em dadas circunstâncias, haveria potencial de comprometer o resultado das eleições em favor de um ou outro candidato. Isso corrobora com a ideia da necessidade ora suscitada da pesquisa, sobre a adoção de tecnologias que venham a suprimir as dificuldades ora questionadas.

Figura 13: Gráfico sobre dificuldade ao encerrar a votação.

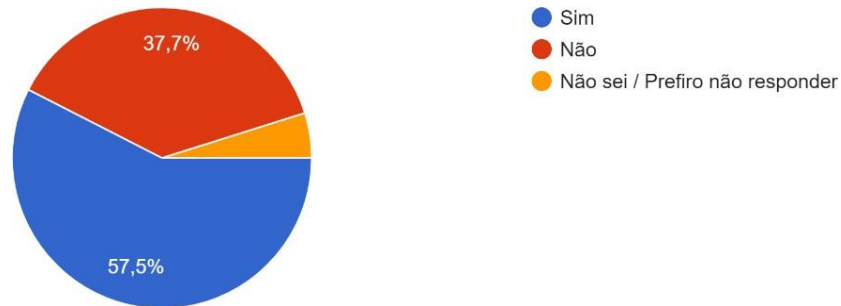


Fonte: (Própria)

No quesito em que foi perguntado sobre as condições físicas da sala de votação, na questão sobre a privacidade de votação, verificamos os seguintes percentuais: dos 207 participantes da pesquisa, 57,5% revelou que sim, preferiam um ambiente mais reservado a fim de manter o ambiente mais tranquilo para votar, evitando assim o estresse na hora de votar, e

mal estar entre os mesários, fiscais e eleitores. Já 37,7% dos participantes responderam que não há necessidade de alterar o formato físico atual da sala de votação.

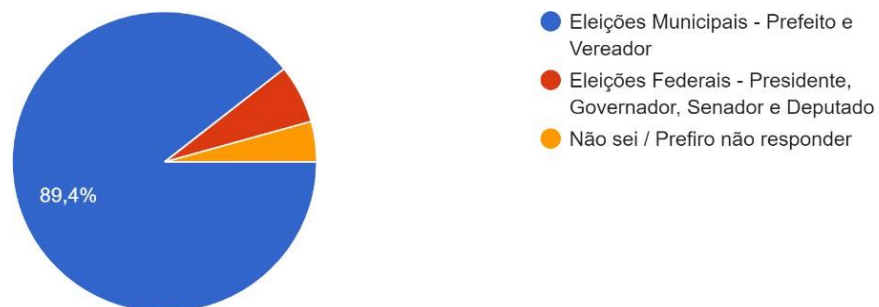
Figura 14: Gráfico sobre condições físicas da sala.



Fonte: (Própria)

No item sobre quais as eleições em que o participante considera mais fácil de ser realizada em face do pouco número de candidatos e a resposta foi: dos 207 participantes, 89,4% responderam que as eleições Municipais eram mais fáceis por serem apenas dois candidatos. O pequeno número de opções de votação é inegavelmente decisivo para a rapidez do processo eleitoral. A facilidade da “cola” também promove a fluidez da votação.

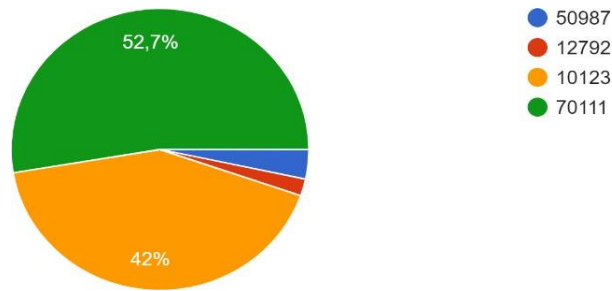
Figura 15: Gráfico sobre a facilidade das eleições.



Fonte: (Própria)

Questionado ao participante quanto à facilidade e memorização dos números, que possivelmente poderia ser mais ágil se os números fossem mais fáceis de digitação/memorização. Dessa forma, as respostas foram: 52,7% responderam que o número 70111 seria mais fácil para digitar e memorizar. Já 42% dos participantes escolheram o número 10123 como mais fácil de digitar.

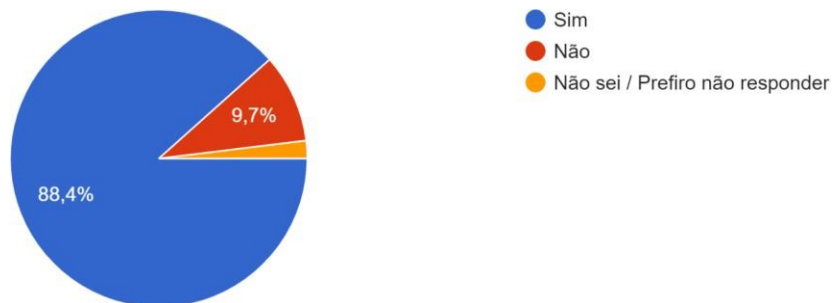
Figura 16: Gráfico sobre a facilidade das eleições por números



Fonte: (Própria)

Questionados sobre se o entrevistado gostaria que a Urna Eletrônica possuísse algum mecanismo que viesse a facilitar o registro do voto, 88,4% responderam que sim, e 9,7% que não. Nesse ponto percebe-se um convergente sentimento, por parte dos entrevistados, em relação ao fato de que, qualquer tecnologia que venha a tornar a urna eletrônica ainda mais inclusiva será bem aceito.

Figura 17: Gráfico sobre a facilidade das eleições por números



Fonte: (Própria)

Diante do resultado da pesquisa de campo, chama-se a atenção para a necessidade de otimização do pleito eleitoral, para que não ocorra constrangimento com as pessoas deficientes, idosos e analfabetos. Assim, trazendo acessibilidade e respeito na hora de se exercer o direito ao exercício do voto, promovendo a democracia através de bons serviços prestados à população (Lóssio, 2023).

Ainda segundo Lóssio (2023) nas últimas eleições houve aprimoramento dos softwares existentes e também a possibilidade de voto facultativo para idosos e analfabetos. Mas ainda há muito o que se fazer e a busca para tornar esse ato democrático, tranquilo, seguro e acessível é um ato contínuo de evolução eleitoral.

Vale ressaltar que o voto é direito de qualquer cidadão e para incluir os deficientes, importantes avanços foram alcançados como 1. Direito de votar em seção com ou sem acessibilidade; 2. Possibilidade de contar com a ajuda de alguém de confiança do eleitor; 3. Intérprete de Libras; 4. Recurso de sintetização de voz; 5. Braile no teclado; 6. Fones de ouvido, no entanto, ainda esbarramos em dificuldades como o nome dos candidatos, o número e a digitação dos números na urna. Apesar dos 20 anos do uso da Urna Eletrônica e sua referência no mundo inteiro, ainda precisamos avançar no campo da otimização do processo eleitoral (Lóssio, 2023).

5 – Conclusão

Os resultados da pesquisa de campo foram bastantes satisfatórios, tendo em vista o tempo delimitado em que ela permaneceu disponível na internet para os usuários, alcançando um percentual de participantes aceitável. O formulário foi respondido por pessoas dos Estados de Pernambuco, Paraíba e São Paulo, o que confirma o grande alcance da rede da Internet e de como ela pode ser útil neste tipo de estudo.

Com esse cômputo, percebe-se a importância de se promover a acessibilidade e inclusão das pessoas nos processos eleitorais, como ferramenta da Democracia. Segundo o IBGE, (senso de 2010), “mais de 45 milhões de brasileiros – ou seja, 23,9% da população – têm algum tipo de deficiência, seja auditiva, visual, motora, intelectual ou múltipla (quando envolve mais de uma)”, (Lóssio, 2023), e o Estado precisa promover a inclusão dessas pessoas, dando a elas o alcance a todos os serviços oferecidos aos demais integrantes da sociedade. A cidade precisa ser inclusiva e desenvolver políticas públicas de atendimento a essa camada da população.

Este estudo revelou-se extremamente importante quanto à percepção dos mecanismos sociais de atendimentos às pessoas com deficiência, analfabetos e idosos, os quais devem ser cada vez mais modernos e inclusivos, não constringendo ou excluindo pessoas do convívio social. Percebe-se necessário e possível uma constante modernização das urnas eletrônicas, do direito à acessibilidade nos dias da eleição, ofertando-se transporte, oferecendo condições para que a cidadania seja exercida de forma plena a todas as pessoas que possuam os requisitos para participar do pleito eleitoral. É um direito de todos exercerem com liberdade e dignidade a participação no processo eleitoral quando e onde se encontrarem. Espera-se com este artigo uma crescente discussão sobre a cidadania dos idosos, deficientes, bem como outras necessidades relacionadas às urnas, durante as eleições e em momentos distintos, que venham a ser mecanismos de facilidade e acesso, democratizando cada vez mais o direito ao voto, com mais recursos e mais projetos de inclusão social.

Agradecimentos

Primeiramente, agradecemos a Deus, pois, sem sua misericórdia, não teríamos conseguido chegar até aqui.

Aos nossos familiares que sempre nos apoiaram durante toda a jornada acadêmica.

PROUNI – Programa do Governo Federal que tem propiciado aos estudantes o acesso à educação através de bolsas em escolas particulares. Importante projeto e um marco importante na socialização do ensino superior.

Bolsa de Estudo ofertada pela Prefeitura Municipal de São José do Egito - PE, Santa Terezinha – PE e Câmara de Vereadores de São José do Egito - PE, que promoveu o estudo e a realização deste projeto de vida que é a concretização de um sonho na vida de qualquer cidadão.

Em nome do Coordenador Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Vale do Pajeú, Edcarlos Ribeiro de Moraes, agradecemos a todo corpo docente, aos mestres que cruzaram nossos caminhos e aos coordenadores que orientaram todo o trajeto, aos profissionais que compõem o quadro da Faculdade Vale do Pajeú – FVP, polo São José do Egito/PE.

Agradecemos ao Orientador deste trabalho Prof. Gislândio Araújo dos Santos, por ter disponibilizado seu tempo na elaboração deste trabalho acadêmico, com muita dedicação, respeito e boa vontade.

Referências

AGUIAR, Valeria. **Matéria sobre o uso de Internet**. Disponível Online em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/pesquisa-mostra-que-95-das-criancas-e-adolescentes-acessam-internet>. Acesso em 22 de nov de 2023.

ALONSO, Luiza Beth Nunes; FERNEDA, Edilson; SANTANA, Gislane Pereira. **Inclusão digital e inclusão social**: contribuições teóricas e metodológicas. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 154-177, 2010.

ALMEIDA, N. F. **Analista comenta história, funcionamento e confiabilidade da urna eletrônica**. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/545462-analista-comenta-historia-funcionamento-e-confiabilidade-da-urna-eletronica/>. Acesso em: 03 de nov de 2023.

CAMARA DE DEPUTADOS – **Mais de 118 milhões de brasileiros poderão votar neste ano usando cadastro biométrico**. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/902507-mais-de-118-milhoes-de-brasileiros-poderao-votar-neste-ano-usando-cadastro-biometrico>. Acesso em 13 de nov de 2023.

FISCH, Artur; MESQUITA, Lara. **Reformas eleitorais no Brasil contemporâneo**: mudanças no sistema proporcional e de financiamento eleitoral. Disponível Online em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/fhjP7qTntr6zM8kkqCmXKnJ/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em 30 de out de 2023.

HEMERLY, Giovanna & PRETTO, Nicholas. **A alfabetização e o analfabetismo funcional no Brasil**. Disponível online em: <https://pp.nexojornal.com.br/Dados/2023/05/19/A-alfabetiza%C3%A7%C3%A3o-e-o-analfabetismo-funcional-no-Brasil>. 2023. Acesso em 04 de nov de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível online em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>. Acesso em 30 de out de 2023.

INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Democracia E Eleições No Brasil Para onde vamos?** HUCITEC EDITORA ANPOCS São Paulo, 2022. Disponível Online em: <https://lojahucitec.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Democracia-e-Eleicoes-no-Brasil-2.pdf>. Acesso em 07 de nov de 2023.

JUSTINIANO, Nara Fernanda. **Terminologia e tecnologia: um estudo de termos de crimes cibernéticos**. 2017. 106 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

KALACHE, Alexandre, VERAS, Renato P.; Ramos, Luiz Roberto. **O envelhecimento da população mundial. Um desafio novo**. 1987. Disponível Online: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/RRbSj3PsLtCXyLPqzTJh6Q/>. Acesso em 07 de nov de 2023.

LEI Nº 4.737, de 15 de Julho de 1965. **Institui o Código Eleitoral**. Disponível Online: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm. Acesso em 23 de nov de 2023.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo, SP, Ed. 34. 1996.

LÓSSIO, Evelyn Onofre. **Acessibilidade para as eleições e uma democracia mais inclusiva**. Disponível online em: <https://www.politize.com.br/acessibilidade-para-as-eleicoes/>. Acesso em 16 de nov de 2023.

Matéria Publicada na BBC. Disponível Online em: **Urna eletrônica: Entenda o debate sobre a auditoria das urnas e o funcionamento do sistema do TSE - BBC News Brasil**
Matéria publicada no dia 06/08/2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, E.P. **Exclusão social no Brasil: as múltiplas dimensões do fenômeno**. Série Sociológica, Brasília: UnB, 1993.

Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Disponível Online: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-tem-mais-de-215-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-diz-estudo/>. Acesso em 20 de nov de 2023.

OLIVEIRA, et. al, **Revista Brasileira de Linguística** , v.15, n. 2, 2007, p.101 – 112.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste**. 2011. Disponível Online: <https://www.scielo.br/j/se/a/FzpMmtCqpRNfzPFxbKHfd9D/>. Acesso em 07 de nov de 2023.

PORTAL G1. Eleições 2020 Caruaru e Região - PE. De 15 de novembro de 2020. Disponível Online: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/sao-jose-do-egito.ghtml>. Acesso em: 23 de nov de 2023.

POPAY, J.; ESCOREL, S.; HERNÁNDEZ, M.; JOHNSTON, H.; MATHIESON, J.; RISPEL, L. **Understanding and Tackling Social Exclusion. Final Report to the WHO Commission on Social Determinants of Health from the Social Exclusion Knowledge Network**, 2008. Disponível Online: https://www.researchgate.net/publication/244919409_Understanding_and_tackling_social_exclusion. Acesso em 20 de nov de 2023

RIGUES, Rafael. “Mãe da internet”, ARPANET completa 52 anos; conheça sua história – Olhar Digital - Disponível Online em: <https://olhardigital.com.br/2019/10/24/internet-e-redes-sociais/mae-da-internet-conheca-a-historia-da-arpamet/>. Acesso em 26 de dez de 2023.

RODRIGUES, Manoel Rogério. **Evolução do Sistema Eleitoral**. 2005. Disponível Online em: http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogoPublicacoes/pdf/4_evolucao_sistema_eleitoral.pdf. Acesso em:03 de nov de 2023.

ROTHER, E. T. Revisão narrativa sistemática: uma revisão conceitual. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 15(3), 508-511. 2007.

SANTANA, Gabrielly C. L; CASTRO, Helen L.; FARIAS, Manuela M. A.; FERREIRA, Rayan G. R.; SILVA, Rayanne M. P. G. **Analfabetismo Digital**, Revista Hum@nae. 2023. Disponível Online: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/Discente/article/download/887/350>. Acesso em 23 de nov de 2023.

SILVA, Daniel Neves. **História das eleições no Brasil**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/historia-das-eleicoes-no-brasil.htm>. Acesso em 13 de nov de 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE Disponível Online em <https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-2/a-evolucao-da-urna-eletronica>. Acesso em 13 de nov de 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleitores Faltosos (TSE)**. Disponível Online em <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-faltosos/home?session=115080838097521>. Acesso em 13 de nov de 2023.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE Disponível Online em: <https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-municipio>). Acesso em 13 de nov de 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**. Planejamento e métodos. trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.